

EUCLIDES DA CUNHA E SUAS HISTÓRIAS: DO ORAL AO LIVRO, CONTADORES E LEITORES DE UMA ÉPOCA

Luciana Alves Dourado De Alcantara

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: Este artigo é o resultado do entrelaçamento de recortes de um sub-capítulo da dissertação intitulada **Histórias de professoras no sertão de Euclides da Cunha: leitores e formadores - ontem e hoje**, defendida no ano de 2013 na UNEB (Universidade do Estado da Bahia), Campus I, no Mestrado em Educação e Contemporaneidade, e ainda não publicada, com muitas das discussões teóricas empreendidas na disciplina História da leitura e da escrita no Brasil, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (UFBA), durante o semestre letivo 2017.1. O subcapítulo referido acima foi batizado por “Contexto histórico-cultural: Euclides da Cunha e as agências de letramento no século XX” e teve como escopo adentrar nos aspectos históricos e culturais vivenciados nessa cidade, num espaço temporal compreendido entre os anos de 1900 a 1950. Entretanto, para a efetivação deste artigo, fizemos recortes e adaptações, de forma que seu conteúdo contemplasse a proposta estabelecida pelo ministrante da disciplina, professor Dr. José Amarante. Deste modo, este trabalho adentra nos usos sociais da escrita, quando traz testemunhos de moradores da cidade supracitada, no que se refere às suas práticas culturais de leitura, e, muito antes disso, das vivências orais. Pelos relatos, vemos eclodir aspectos relevantes da história do território euclidense, bem como as agências e os agentes de letramento vigentes, desde os anos precedentes e referentes ao início do século XX até os primeiros anos da segunda metade deste mesmo século. Além do levantamento bibliográfico, as entrevistas semiestruturadas constituíram-se como recurso de investigação preterida. Buscamos apoio nas contribuições teóricas do campo da História da Cultura escrita, Práticas Culturais de Leitura e da Abordagem (Auto)biográfica.

Palavras –chave: Agentes de letramento.. Oralidade. Práticas culturais de leitura.

EUCLIDES DA CUNHA E SUAS HISTÓRIAS: DO ORAL AO LIVRO, CONTADORES E LEITORES DE UMA ÉPOCA

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora. (BOSI, 1994, p.81)

Como é de conhecimento geral, o povoamento dos sertões do Brasil foi promovido por atividades de exploração pecuária e agrícola e pelos aldeamentos isolados, que deram origem a núcleos de população. Outros núcleos de povoamento surgiram em consequência, por exemplo, da instalação de bolandeiras¹, sendo que a cidade Euclides da Cunha teve sua formação relacionada em função, também, desse mecanismo.

Através de investigações em fontes orais, inclusive tendo como depoentes especialmente seus ancestrais (pais, tios e avós), bem como na busca de fontes manuscritas, tais como documentos de velhos arquivos em igrejas, cartórios e órgãos oficiais, além de testemunhos da própria infância, adolescência, maturidade e velhice, o historiador José Aras

¹ Mecanismo rudimentar, constante de uma roda dentada que podia, quando adaptado, ser utilizado para descarregar o algodão, ralar mandioca, esmagar cana-de-açúcar etc.

organiza a obra “No sertão do Conselheiro”(2003), em 1978, na qual traça um panorama da história da região de Euclides da Cunha.

Na obra referida , vemos que, num local denominado Carrancudo (hoje é um dos bairros da cidade, o Tanque da Nação), o Capitão José Higino dos Santos Lobo (a propósito, avô do historiador José Aras), por volta de 1840, procedendo de Monte Santo², fixou residência em propriedade de seu sogro, Inácio dos Santos Ferreira Primo. Em torno do que veio a se chamar Fazenda Carrancudo, passou a existir uma feirinha muito frequentada, aumentando o povoamento nesta área. Não bastasse a existência da feirinha na fazenda, em 1866, quando o imperador D. Pedro II nomeia José Higino como encarregado do Serviço de Recrutamento de Voluntários para a Guerra do Paraguai, sendo chamado a comparecer à capital pelo presidente da Província, a fim de receber instruções para tal, o capitão é autorizado a construir um casarão para servir de quartel e alojamento para os voluntários. Aproveitando o ensejo, José Higino reivindica a escavação de um tanque público, a fim de atender moradores da região e minorar os efeitos da seca. Trabalhadores da região foram atraídos pela oportunidade de trabalho e ganho certo, levando a uma grande movimentação econômica e paulatino povoamento dos arredores, até pela proximidade de uma aguada³ de grande porte, o que já representava uma certa segurança para o abastecimento de pessoas e animais em períodos críticos de seca.

² Distante 39 km de Euclides da Cunha, nessa época ainda povoado nomeado por Cumbe. Teve importância estratégica na Guerra de Canudos, servindo como base das operações do exercito contra Canudos, sendo escolhida por ser um local privilegiado, onde se podia avistar o horizonte por um monte e por conter uma nascente de água para matar a sede dos soldados. No decorrer da luta, o próprio ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, seguiu para o sertão baiano e se instalou em Monte Santo. Também conhecida pela sua tradicional Romaria, no mês de outubro, onde a cidade recebe milhares de fieis, turistas e visitantes, peregrinos de todas as partes que sobem a serra santa para pagar promessas, com inúmeros relatos de graças alcançadas.

³ Segundo o dicionário Aurélio, online, o termo “aguada” vem a ser : s.f. Provisão de água doce para as viagens marítimas. / Lugar onde as embarcações se abastecem de água doce. / Manancial onde os animais bebem água. / Bras. (NE) Lugar onde existem cacimbas, fontes ou poços. / Gênero de pintura em que se dilui a tinta com água e goma, ou simplesmente água, obtendo-se uma cor transparente. Fonte: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Aguada.html>, acessado em 24/10/2013

Em 1868, quando as obras do açude foram concluídas, a localidade do tanque denominado “Açude do capitão Higino”, com a sua Casa Grande do Carrancudo, era pouso certo de viajantes e tropeiros. A esse respeito vejamos o que registra José Aras, por meio do que ouvia contar e de suas lembranças de menino:

Rezavam ali, todo ano, a novena de Nossa Senhora da Conceição, e, ao final, ficavam pelo terreiro conversando. Era ponto de encontro já esperado com ansiedade por devotos, rapazes e moças casamenteiras. Em volta das fogueiras, viajantes, tropeiros e agricultores relatavam feitos e esgotavam o repertório. As conversas giravam sobre a monarquia, o comércio de cereais com outras praças, o gado, as plantações e as safras de algodão, fumo, feijão e mandioca e, naturalmente, casos de assombração que povoavam a mente dos sertanejos. As noites de luar eram apreciadas e amanhecia-se o dia em conversas divertidas. As vezes apareciam cantadores “emboladas” e repentistas populares que faziam a alegria dos presentes. Era muito comum este tipo de diversão. Dois cantadores, conhecidos desafiadores, muito apreciados pelos moradores das redondezas, eram Dodô da Ramira (no violão) e Zé Curato (na viola).

(ARAS, 2003, p.102)

Pelos detalhes desta passagem registrada pelo historiador José Aras, colhidos diretamente na memória duma infância sertaneja, podemos depreender como era marcante a presença da oralidade no dia-a-dia de Cumbe, uma vez que a rotina dos seus moradores se resumia, praticamente, às idas a uma única igreja, às conversas nas rodas entre amigos ou com viajantes, os quais traziam as novidades de longe, renovando o repertório temático das conversas naquele lugarejo, às cantorias embaladas pelos cantadores e aos desafios entre eles.

Por esse cenário, percebemos que as histórias eram contadas e trocadas, seja pelas vozes dos cantadores, seja pelas vozes dos viajantes, como experiências concretas de vida, o que nos remonta à abordagem de Walter Benjamin (1986) acerca da palavra como elemento imprescindível da condição humana. Em ensaio intitulado “O narrador”, o filósofo e sociólogo alemão engrandece a figura do narrador, segundo ele em vias de extinção, pois

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivessemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1986, p.197-198).

Longe de saber o que podia ser a vida sem a presença das experiências transmitidas de “boca em boca”, os moradores de Cumbe recebiam as informações dos viajantes e tropeiros, acerca das condições de seu país, por meio das histórias trazidas e contadas, uma vez que, para narrar, segundo Benjamin (idem), temos que observar.

A respeito dos cantadores nordestinos, Luís da Câmara Cascudo (1968, p.126-127) relata os hábitos e a maneira como os mesmos atraíam os ouvintes-espectadores:

Vivem de feira em feira, cantando sozinhos os romances amorosos (...) Vez por outra deparam um antagonista, oficial do mesmo ofício. Não entram imediatamente em debate porque o rendimento seria mínimo. Procuram interessar alguém para arranjar-lhes uma sala, convidam o povo, despertam a curiosidade. Na hora aprazada, iniciam a *peleja*, designação clássica para esses duelos poéticos. (...) Dois cantadores juntos podem cantar a noite inteira sem que se duelem. Cantam romances, descrições da natureza, quadros da existência sertaneja, episódios das lutas do sertão (...)

Essas eram práticas culturais prevaletentes num pedaço do nordeste, cujo cenário, de acordo com Durval Muniz Albuquerque Jr. (2001, p.168) “é sempre o sertão das caatingas, ou das pequenas cidades empoeiradas, onde a única construção de destaque é a igreja e as únicas autoridades, o coronel, o padre, o delegado e o juiz”.

Diante das secas contantes fazendo parte da história da região, com a natureza, portanto, sempre muito próxima do homem, a região se dividia entre momentos de tristeza e de alegria, quando da vinda das chuvas, resultando ou na consolação, ou no agradecimento buscado diante do catolicismo, com a frequência à igreja e a devoção à padroeira local.

Sobre as cantorias, uma prática cultural nordestina, Márcia Abreu (1997, p.01) esclarece:

Bastante frequentes durante o século XIX e início do XX, as cantorias eram recitativos acompanhados ao som de violas ou rabecas em que cantadores batiam-se em desafios e/ou apresentavam composições poéticas - glosas feitas a partir de um mote, descrições da natureza, sátiras, narrativas em versos. Estas apresentações ocorriam em praticamente todos os lugares em que houvesse público - nas feiras, em festas nas fazendas ou engenhos, em residências particulares.(...) Quando batiam-se em desafios, cabia ao vitorioso o direito de cantar suas composições poéticas.

Com o aumento de moradores construindo casas desordenadamente, por volta de 1877, os habitantes pensaram em mudar a feirinha para outro local onde pudessem alinhar as casas e construírem uma capela. Para dar início ao novo povoamento, o Capitão Higino Lobo construiu, de imediato, dez casas, tendo a mesma iniciativa outros moradores mais influentes. Assim uma praça foi formada e alinhada e, posteriormente, no meio dela, uma capela consagrada à Nossa Senhora da Conceição, onde os cumbenses passaram a se reunir para missas, casamentos e batizados, e outras ruas foram surgindo ao redor da praça.

Em 1898, Cumbe (até então subjugada a Monte Santo) é elevada à categoria de vila, ganhando autonomia administrativa, para regozijo dos cumbenses. Entretanto, a seca do ano seguinte, considerada uma das mais severas até então, abalaria a força dos homens sertanejos. Não bastasse a ansiedade gerada pela falta de chuva, os cumbenses sofriam com os maus presságios advindos da espera da passagem de um cometa entre o final do século XIX e o alvorecer do século XX. A esse respeito, depõe José Aras :

As pessoas que habitualmente viajavam para longe deixaram de fazê-lo; alguns que tinham ido embora por causa das secas retornavam aos seus lugares de origem, para morrerem junto aos seus. Até pequenas viagens eram evitadas, porque, nesse interim, poderia ocorrer o caos universal.

(...)O povo amedrontado com aquelas profecias perdeu o entusiasmo de viver e trabalhar, esperando, a qualquer momento, que aparecesse a “chuva de estrelas”. (...) Não se falava de outro assunto.(...) A população vivia rezando em grupos, para esperar o “dia F”. As crianças apavoradas choravam e, cada vez mais temerosas, não largavam as mães, com medo do “fim do mundo”. (...)Proprietários se desfizeram de roças, criatório e outros

bens, ou os abandonaram. Nunca se fez tanta doação aos padres, para santos e igrejas...

(ARAS, 2003, p.170 e 171)

Referente a esse período de temor e ansiedade na história de Cumbe, podemos deduzir que a grande dimensão das angústias e expectativas vividas por essas pessoas do sertão eram inversamente proporcionais à ausência de veículos de comunicação que pudessem oferecer informações seguras diante daquele contexto. As notícias que circulavam vinham trazidas pelos raros viajantes que ainda se aventuravam nas estradas, não obstante a aproximação do “final dos tempos”. E cada um desses, com as informações que traziam, acentuava, não de forma intencional, acreditamos, o desespero daqueles moradores sertanejos, à medida em que propalavam versões diferenciadas e terríficas do acontecimento certo.

Segundo Aras (ibidem), como nesse período não chegava jornal, nem telegráfo e nem as ondas hertzianas, responsáveis pelas comunicações através de rádio, foi mesmo necessário esperar até o dia 1º de janeiro de 1900 amanhecer, num dia chuvoso, para a população, aos poucos, ir se desassustando e retomando a sua vida normalmente.

Após mais de trinta anos dos rumores acerca do fenômeno astronômico que mudaria a rotina de uma vila inteira, a existência dos meios de comunicação e do que hoje chamamos de agências de letramento na cidade ainda era bem precária.

Passadas quase quatro décadas, em março de 1938, a vila de Cumbe é elevada à categoria de cidade e, em novembro deste mesmo ano, ocorre a mudança do nome antigo para Euclides da Cunha, homenageando o escritor de “Os Sertões”.

A inexistência da energia elétrica, o que ocorreu somente em julho de 1948 e, mesmo assim, fornecida por um gerador, concorria para que as famílias se acomodassem, principalmente nas noites de luar, em seus passeios ou em cadeiras de balanço e contassem, trocassem histórias, enquanto às crianças eram permitidas brincar ao alcance dos olhos dos pais ou avós.

Ao contrário, quando as noites eram de completa escuridão ou de inverno, adultos e crianças se recolhiam mais cedo, tendo, os adultos, o rádio como companhia e informante seguro das novidades do estado, da nação e do mundo. As crianças não dormiam sem antes, com a cabeça posta nos colos dos mais velhos, ouvirem histórias, como relata Aras(*ibidem*, p.331-332):

Nas noites escuras, se enrodilhavam nos colos das tias velhas para ouvir as estórias de trancoso, enquanto ‘catavam cafuné’ até o sono chegar. (...)

Existiam ainda as estórias cantadas, em versos tristes, que faziam chorar. Eram do folclore português. Esses contos, da tradição oral, eram abundantes em nosso sertão (...) Essas estórias cantadas foram trazidas de Portugal e aqui perduraram até a década de 50.

A respeito da oralidade como meio de preservação da cultura, Angela Belmiro(2006, p.13) relembra:

A palavra oral, antes das primeiras tentativas de se gravar uma informação, era usada pelos antigos como elemento de gestão da memória social, visto que toda experiência, toda descoberta, todo o acervo cultural desses povos se encontravam na memória dos indivíduos.

Dessa forma, as histórias do passado desse território baiano eram repassadas às novas gerações por meio da memória de anciãos, cujas palavras eram ouvidas com respeito e confiança.

Até o início da década de 50, não havia em Euclides da Cunha telefone, telégrafo, biblioteca ou livraria. O carteiro da cidade conhecia todos os moradores, entregando as cartas sem precisar de numeração alguma, o que só veio acontecer em 1950. Depois, os moradores passaram a ir até os correios, arriscando encontrar correspondências. É o que atestamos pelo relato do senhor José Dantas de Lima⁴, de 84 anos de idade, nascido e criado em Euclides da Cunha, neto do Capitão Dantas, o conhecido benfeitor sergipano:

⁴ Depoimento colhido, gravado e transcrito em 2013

[...]As cartas daqui pegava em Monte Santo, de Monte Santo em Cansanção, de Cansanção em Queimadas, de Queimadas vinha num trem. Quando a carta chegava, que viesse comunicar o nascimento de um filho, o filho já *tava* andando, e a gente ia no correio: “tinha alguma coisa pra meu pai? ”, “tem alguma coisa pra meu pai?”[...]

Num tempo em que a população euclidense ainda nem sonhava com a existência de um aparelho a ser chamado de televisão, mas já se ouvia falar numa invenção chamada rádio, o jornal aparecia timidamente, vindo de longe, da capital, para começar a marcar presença junto aos poucos livros encontrados na cidade, em residências contadas a dedo, por iniciativa particular de alguns de seus moradores, certamente apreciadores da leitura de livros e das enciclopédias. A respeito dessa prática de leitura em volta do suporte livro e de sua circulação, Roger Chartier (2004, p.144) fala a respeito da consolidação da leitura silenciosa, numa relação de intimidade tamanha que passa a ser individual: “Ler em silêncio, para si mesmo, basta para criar uma área de intimidade que separa o leitor do mundo exterior; portanto, mesmo no meio da cidade, na presença de outrem, ele pode ficar sozinho com seus livros e seu pensamento”.

E vemos, pelos relatos acima descritos, que esse envolvimento afetivo com o livro continuaria por mais séculos adiante. Sobre isso, Chartier(1999), apud Angela Belmiro (2006, p.15), nos traz: “O leitor recebe a obra em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância”. O livro torna-se companheiro de solidão e é, ao mesmo tempo, um objeto de decoração. As bibliotecas particulares revelam-se como sinal de saber ou de poder. E esse gesto vai permanecer em várias sociedades, inclusive na nossa, por séculos adiante.

Enquanto que, ao recorrer aos livros como prática de leitura no impresso, instaurava-se uma atmosfera intimista entre leitor e escrita, vez que a relação com a palavra impressa, nesse caso, se dava muito solitariamente, a chegada do suporte jornal inaugura ou reinaugura outros gestos e modos de ler entre leitores e textos. Enquanto suporte de informação e cultura, sabemos que o jornal podia suprir as necessidades intelectuais dos leitores, podia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva,

alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras.

Acerca dessa mudança proposta pela leitura do suporte jornal, Cavallo e Chartier (1999, p.36) reconhecem que foi o século XIX que conheceu uma nova dispersão dos modelos de leitura em virtude do crescimento geral da alfabetização e do uso da cultura impressa por novas classes de leitores. Vejamos:

(...) com o acesso de quase todos à competência de leitura, como se instituiu no século XIX na Europa mais desenvolvida, a aculturação ao escrito, pela escola e fora da escola, a fragmentação das maneiras de ler e dos mercados do livro (ou do jornal) instaura, atrás das aparências de uma cultura partilhada, uma fragmentação maior das práticas

Em se tratando desse impresso no contexto geográfico de Euclides da Cunha, não obstante o custo ser bem menor, ao contrário do livro, cujo valor, como declaram Marisa Lajolo e Regina Zilberman(2003), sempre foi alto e sua aquisição um indicador de status social, por isso mesmo muito distante das vivências da maior parte dos brasileiros, era muito rara sua circulação, a despeito, primeiro, da dificuldade de transporte terrestre até essa cidade, interiorana, distante da capital baiana e com precárias vias de acesso. Sobre esse aspecto, nos informa o advogado Hildebrando Maia Siqueira⁵, neto da professora Erothildes Siqueira⁶: “Vinha jornal espaçadamente, ninguém sabe como chegava aqui. Mas culturalmente não se tinha nada, nada! A época era de obscuridade total”.

Outro fator que dificultava a distribuição desse meio de informação era o pouco interesse, ou talvez disponibilidade, dos moradores, já que raros sabiam ler. Um desses era o quarto filho da professora Erothildes, João Siqueira Santos, que, contrário a uma maioria, prezava pela leitura e era, inclusive, apontado como referência de conhecimento, como informa Dionísio Nóbrega (2012, p.71): “Porque lia mais do que os primos, Ioiô da professora era citado por D. Balbina⁷, como exemplo a ser seguido pelos filhos”. Entretanto, a realidade

⁵ Depoimento colhido, gravado e transcrito em 2013

⁶ Primeira professora diplomada, habilitada a lecionar os filhos da terra, então povoado de Cumbe. A maneira pitoresca como ingressou no município foi a inspiração maior para a escrita da dissertação, na qual este artigo se baseia.

⁷ Dona Balbina de Araujo Dantas era, segundo Nóbrega(2012), a esposa do Capitão Francisco da Silva Dantas.

dos interiores brasileiros, distante dos grandes centros, de acesso difícil em termos de transportes terrestres, não tornava popular esse agente de letramento, daí porque a habilidade de leitura desse impresso ser um tanto ociosa. Inserida que estava a cidade de Euclides da Cunha num cenário nacional, tradicionalmente marcado pela forte presença da oralidade nas atividades corriqueiras diárias, não seria nesse espaço interiorano, com todas as características históricas já apresentadas, que o trato com o impresso se daria de maneira confortável e facilitada.

Na contramão dos seus conterrâneos, João Siqueira Santos, conhecido na cidade pelo codinome Ioiô da Professora, tinha o hábito de ler jornais com frequência, como relembra seu sobrinho, Hildebrando Siqueira: “Ioiô tinha mania de guardar jornais, ele lia jornais já da época e revistas e tudo (...)”. O neto da professora Erothildes também relembra uma passagem interessante que atesta o grau de desenvoltura de seu tio com a leitura de jornais:

[...]Na Bahia, o primeiro lugar quando Lampião surgiu na Bahia foi no Cumbe, aqui em Euclides da Cunha. Ioiô foi a primeira pessoa com quem Lampião falou no Cumbe, no dia 28 de dezembro de 1928. [...] De repente surgiu meio dia, em ponto, no Cumbe [...] e, coincidentemente, a primeira pessoa com quem Lampião falou foi com Ioiô; estava na esquina da praça ali , ali, perto do Hotel Lua. Ioiô estava ali com um primo, Zé Dantas , e foi a primeira pessoa com quem Ioiô falou e tomou informações: quem era o prefeito, quem era o delegado, onde é que ficava a delegacia. Ioiô conversou com ele, foi o guia de Lampião aqui em Euclides da Cunha. [...] Ioiô pegou o jornal, tinha um jornal dizendo, falando sobre Lampião, e Lampião quis saber o que era que o jornal dizia, e parece que umas das poucas pessoas que sabia ler aqui era Ioiô. Então, ele pediu a Ioiô pra ler a reportagem sobre ele no jornal. E Ioiô fez a leitura pra ele, leu a reportagem do jornal da época falando sobre Lampião, e Lampião mandava, e dizia “continue, continue...”. E ele leu a reportagem toda. Quando ele terminou de ler a reportagem chamando Lampião de fascínora, de bandido e tal, quando ele terminou, Lampião disse “apoiado, apoiado...”. Ele me contou isso várias vezes. A reação dele foi dizer “apoiado”, “apoiado”. (risos).

O quarto filho de Erothildes tornou-se, pelos seus conhecimentos adquiridos a respeito da história de sua região e pelo leitor que era da palavra impressa, o maior contador de casos e uma referência pelos estudiosos de Canudos e do Cangaço, informação ratificada por seu sobrinho Hildebrando:

[...]Ioiô se tornou um mestre da cultura avoenga, que é aquela passada de geração em geração, de pai *pra* filho, se tornou um mestre nisso porque ele, os dois fatos que empolgaram a região, o sertão da Bahia, foram a guerra de Canudos e o Cangaço, e nessa matéria ele se tornou assim uma sumidade. Sem nenhuma cultura, sem conhecimento acadêmico, mas tudo com base na cultura avoenga, da oralidade, e foi procurado aqui por todas as partes do mundo. *Pra* você ter uma ideia esteve aqui um professor da Universidade de Berlim, esteve aqui e eu conheci, esteve aqui á procura de Ioiô, e era ele que estava fazendo a tradução de “Os Sertões” de Euclides da Cunha para o alemão. E levou dez anos *pra* fazer esta tradução. Por uma razão ou outra ele veio e passou dez noites conversando com Ioiô, e aqui vieram jornalistas. Eu conheci aqui uma mulher extraordinária que escreveu sobre o cangaço, ela passou várias noites conversando com Ioiô. Oleone Coelho Fontes... Quando Ioiô faleceu, a revista *Veja* publicou um artigo sobre ele, um grande jornalista chamado Roberto Pompeu de Toledo, pois ele esteve aqui em Euclides da Cunha pessoalmente.[...] E um dos maiores visitantes de Ioiô foi um professor célebre, famosíssimo da UFBA, esse se tornou um verdadeiro amigo, um grande amigo e não saía de Euclides da Cunha, eram madrugadas, o professor Jose Calazans [...], e ele não deixava de vir aqui, com muita frequência conversar com Ioiô. [...]

Sobre os jornais que circulavam na primeira metade do século passado na cidade, nos informa o depoente Dionísio Nóbrega⁸: “O *A tarde* chegava aqui, mas chegava muito atrasado entendeu? Eh, outros documentos, *Diário de Notícias*, parece. Já na década de 60, o *Jornal da Bahia* chegava aqui. Agora, o principal era o *A tarde*”. Portanto, a viabilização da leitura como ato social, da leitura por grupos, da audição do lido, da pura visão do impresso, com

⁸ Genealogista de famílias povoadoras do nordeste baiano. Depoimento colhido, gravado e transcrito na cidade de Euclides da Cunha, em 2013.

seus mosaicos e ilustrações bem peculiares, fez do jornal um elemento revolucionário, mesmo com sua pouca difusão numa sociedade com redes culturais ainda incipientes, como era Euclides da Cunha, no início do século XX.

Aliada à deficiência de jornais em circulação, os poucos leitores ainda encontravam outra dificuldade, a falta de bibliotecas e livrarias. Como não havia livraria, os livros chegavam, de quando em quando, por algum livreiro viajante, devido à carência de transporte até aquela região baiana, relembra Dionísio Nóbrega:

[...]De vez em quando aparecia uma pessoa para vender livro aqui, uma raridade. Ou até quando viajava alguém, aí encomendava um livro, uma coisa assim. Não era fácil, porque, por exemplo, o ônibus aqui, até mesmo na década de 60, era de oito em oito dias, então. Saía na segunda e voltava na quinta. Uma vez na semana, isso ainda no início da década de 60[...].

A respeito da inserção do livro como suporte de leitura no cotidiano brasileiro, lembramos que entramos tardiamente na era da imprensa, com a chegada, pois, de D. João VI e a conseqüente transferência da corte portuguesa para as terras brasileiras, em março de 1808. Até então, livro era algo raro e por isso mesmo caro, situação que adentraria os séculos seguintes e seria um dos motivos para a redução das possibilidades de acesso a esse suporte. Vejamos o exemplo trazido por Márcia Abreu(2002, p.155):

Assim, o interesse por publicações “populares” deveria partir de pessoas com recursos para encarregar-se dos trâmites legais para importação- e para pagar por isso- ou para comprá-las em livreiros e mercadores estabelecidos na cidade. Era preciso, portanto, ter algum dinheiro e tempo sobrando para poder se dedicar á leitura- o que coloca o trato com os livros como atividade possível, prioritariamente, para a elite econômica.

No tocante a esse assunto, Lajolo e Zilberman (ibdem) abordam os vários aspectos do universo da escrita e da leitura em nosso país, descrevendo o quão paulatino e dificultoso foi o processo de constituição do leitor no território brasileiro. Um dos aspectos levantados pelas autoras e que também justificaram o incipiente acesso aos livros, mesmo no século XIX, foi o alto índice de analfabetismo, que atingia 70% da população. Outros aspectos, relativos ao

panorama social e econômico, e que inevitavelmente refletiram num quadro precário de vida intelectual, são referenciados pelas pesquisadoras, a saber:

A permanência da escravidão negra, fator de violenta clivagem social entre os poucos brancos educados e o grande número de pretos analfabetos, era a marca mais ostensiva do atraso cultural, emblema de uma economia que a modernização escandalizava. Quando o século XIX começa, e a modernidade avança na esteira da Revolução Industrial, na Inglaterra, e da Francesa, em Paris, o Brasil vegeta intelectualmente, carente de imprensa e livrarias.

(LAJOLO e ZILBERMAN, 2003, p. 64).

Passados mais de um século, as razões para o acesso ainda inexpressivo aos livros ainda podiam ser justificadas, também, pelo seu alto valor, ainda mais para quem morava no interior como a cidade de Euclides da Cunha, onde, para se comprar, pagava-se a mais para se ter um livro, ou diretamente ou indiretamente, com o frete embutido no preço da mercadoria, certamente.

A ausência de biblioteca pública também é denunciada pelo depoente Dionísio Nóbrega, fato que levava os estudantes a buscarem os livros dos poucos moradores que detinham condições financeiras de possuírem um acervo particular, mesmo que pequeno, quando os professores solicitavam alguma pesquisa. Vejamos as lembranças de Dionísio:

[...] Tinham as bibliotecas particulares, *né*, com poucos livros, 30, 40 livros. Meu tio Benjamim mesmo, ali na praça, vizinho ao Hotel Quirino, ali, ele lia as obras de Plínio Salgado todas, entendeu, lia. Eu sempre gostei de latim, de português, geografia.[...] Mas chegava livro. Eu mesmo li o russo, o Dostoiévski, eu li ali na casa de uma tia minha, irmã do Benjamim.[...]

Percebemos que as leituras realizadas por muitos estudantes não se davam em seus próprios livros, mas sim em livros alheios, sob a vigília dos donos, sempre algum parente, ou um professor sensível às necessidades locais, como a de um espaço público para pesquisa e leitura livre.

Sabemos que as bibliotecas são, teoricamente, agentes de letramentos, espaços de atividades culturais e educativas, por onde o conhecimento pode circular de forma democrática, permitindo o acesso às informações diversas. Entretanto, o desconhecimento ou o desprezo acerca da relevância, bem como o atraso na implantação de um espaço dessa natureza, em qualquer território, e, em nosso caso, no município de Euclides da Cunha, parece ter sido herança dos nossos antepassados nacionais, uma vez que, citando um exemplo num âmbito maior, o Brasil somente testemunhou a abertura da sua primeira biblioteca mais de trezentos anos após ter se tornado colônia de Portugal.

A despeito de todas as atribuições de um espaço público como é uma biblioteca, parece ter faltado a sensibilidade e o interesse necessários para que fosse pensado num espaço como esse na cidade dos euclidenses, por muito tempo.

Parece-nos, então, que o desprezo pela prática da leitura do impresso e a conseqüente falta de política pública voltada para a implantação de espaços públicos em prol de atividades leitoras é uma problemática que faz parte de um círculo vicioso, herança que vem sendo passada de geração a geração, que vem dos grandes centros urbanos e encontra refúgio também nos interiores Brasil afora.

Desta maneira, vemos que eram muito restritos, bem deficientes, os agenciadores de letramento na cidade, fato que durou não apenas a primeira metade do século XX, mas sobretudo também se estendeu até a segunda metade do mesmo século.

Referencias Bibliograficas

- ABREU, Marcia. **Leituras no Brasil Colonial**. Remate de Males, 22(2002),p. 131-163.
- ABREU, Márcia. Entre a oralidade e a escrita: um estudo dos folhetos de cordel nordestinos. In: **Estudos de Literatura Oral**. Faro (Portugal): Centro de Estudos Ataíde Oliveira, Universidade do Algarve, nº03, 1997.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife:FJN, ED.Massangana; São Paulo:Cortez,2001
- ARAS, José. **No sertão do Conselheiro**. Editor J. J. Randam; organização e revisão. Salvador: Contexto & Arte, 2003.
- BELMIRO, Angela. **Fala, escritura, navegação**: caminhos da cognição. In: COSCARELLI, Carla Viana(Org). Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006, p.13-22.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e historia da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet, 2. ed., Brasiliense, 1986. [Obras Escolhidas. v. 1]
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras,1994.
- CASCUDO, Luis da Câmara . **Vaqueiros e Cantadores**. Folclores poéticos do Sertão de Pernambuco,Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Rio de Janeiro: Brasileira Ediouro, 1968.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. v. 1.
- CHARTIER, Roger. **As práticas da escrita**. In: ARIES,Philippe; CHARTIER, Roger(org). Historias da vida privada: da Renascença ao século das luzes. 1 ed.,10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2003
- NÓBREGA, José Dionísio. **Capitão Dantas e os três Ioiôs de Cumbe**. Salvador: Ponto & Virgula Publicações, 2012.